

Maria Augusta Mundim Vargas

Dr^a em Geografia pela UNESP – Rio Claro
Professora do PPGE (Programa de Pós-graduação em Geografia)
da Universidade Federal de Sergipe (UFS)
E-mail: gutamundimvargas@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-0815-6187>

Maria Geralda de Almeida

Professora Titular da Universidade Federal de Goiás (UFG)
Professor Aposentada da Universidade Federal do Ceará (UFC)
Professora do PPGE da Universidade Federal de Sergipe (UFS)
(In memoriam)

Resumo:

No Baixo Vale do Rio São Francisco, no Brasil, alguns milhares de sertanejas vivem de estratégias de sobrevivência porque as crises ecológicas e principalmente os planos de desenvolvimento os colocaram em exclusão. E ainda este lugar é investido de valores e é definido por um princípio cultural de identificação, ou se preferir, de pertencimento. Nesse caso, as mulheres e seu trabalho, principalmente o artesanal, são apresentados como forma de dar visibilidade à sua cultura e aos seus lugares.

Palavras-chave: Geografia Cultural; Identidade; Gênero; Nordeste do Brasil.

Abstract:

In the low Vale do Rio São Francisco in Brazil, a few thousand country peoples live by survival strategies because ecological crises and especially development plans have put them in exclusion. And yet this place is invested with values and it is defined by a cultural principle of identification, or if you prefer, of belonging. In this case, women and their work, mainly crafts, are presented as a way of giving visibility to their culture and their places.

Keywords: Cultural Geography; Identity; Gender; Northeast Brazil.

Resume:

Dans le Baixo Vale do Rio São Francisco au Brésil quelques milliers de la population sertaneja vivent par des stratégies de survie car les crises écologiques et surtout les plans de développement les ont mis dans l'exclusion. Et pourtant ce lieu est investi de valeurs et il se définit par un principe culturel d'identification, ou si l'on préfère d'appartenance. Dans ce cas on présente les femmes et leurs travaux, principalement l'artisanat, comme façon de donner visibilité leurs culture, et leur lieux.

Mots clés: Géographie Culturelle; Identité; Genre, Nordest Brésilien.

¹ Artigo originalmente publicado nos Anais da UGI (União Geográfica Internacional) - Comissão de Geografia Cultural: As dimensões históricas da relação entre espaço e cultura. Rio de Janeiro: UFRJ/CAPES/CNPq, 2003. O texto foi atualizado, conforme o acordo ortográfico vigente. Ademais, algumas notas explicativas foram adicionadas para facilitar a compreensão das ideias.



1 INTRODUÇÃO

A organização territorial do Baixo Vale do São Francisco passa pela própria história dos seus homens e mulheres que, interagindo com o rio, o clima, solo e a vegetação, delinearam o processo de ocupação regional. Com suas atividades, os homens foram atuando na natureza para atender suas necessidades, saciar-se, modificando a mesma e suas próprias condições de vida, e, simultaneamente, alterando sua relação com a natureza. Criadores de gado, plantadores, pescadores, coronéis, agregados, posseiros e arrendatários entre outros, gradativamente se espalharam por esta região, edificando relações sociais e agindo sobre as condições naturais, sociais e econômicas da sua própria existência.

A despeito disso, o Vale não conseguiu até o presente escapar-se do estigma da seca e do subdesenvolvimento, dentre outros, mas fortemente, por desconsiderar-se a relação cultura-desenvolvimento. Os planos, os programas públicos de ação espacial destinados a alavancar os recursos locais caracterizaram-se por induzir arranjos espaciais de acordo com os interesses e necessidades da expansão capitalista. Eles foram implementados em lugares possuidores de recursos naturais favoráveis e com segmentos da sociedade que detêm algum poder político e econômico, reservando ao restante, invisíveis, e por isso desvalorizados, o papel de coadjuvantes no processo de desenvolvimento.

As políticas de desenvolvimento procuraram impor, como modelo normativo, um conjunto de estruturas e valores, desprezando o fato que a cultura “constitui o desenvolvimento na medida em que ela está presente nas funções de catalisadora do crescimento econômico, de cimento da vida social e definidora dos laços existentes entre o homem e natureza e o meio físico”, conforme nos lembra Candeas (1999, p. 158). Ora, sendo a percepção do mundo o conjunto de práticas sociais, representações e experiências os componentes da nossa realidade cotidiana, a cultura é, em sentido amplo, a forma de estar e ser no mundo de cada sociedade.

O Relatório Cuéllar, elaborado pela Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento da Unesco (1995), citado por Candeas, é enfático ao afirmar que o desenvolvimento é um processo cultural que deve nascer do âmago de cada sociedade, sobre sua identidade e seus valores. O mesmo relatório defende também que desenvolvimento e economia são constituintes da cultura de um povo. As políticas do Baixo Vale do São Francisco têm, entretanto, negligenciado sistematicamente a cultura de suas proposições e interpretações da realidade objeto de intervenção desenvolvimentista.

O obscurecimento da cultura local, por ser esta considerada como pobre, insignificante, tradicional, qualifica igualmente o Baixo Vale do São Francisco como região-problema e, ribeirinhos e sertanejos como desprovidos de uma singularidade cultural. De fato, rodeados por um processo de modernização irreversível, os sertanejos vivenciam o condenamento estrutural das formas de organização socioeconômico e culturais tradicionais. A despeito disto não há, por parte



deles, a negação de sua cultura. O peso da cultura sertaneja ou do que resta dela se contrapõe, resiste, mesmo que de forma ambivalente, e mescla-se ao novo como condição para sobreviver e se recriar.

O propósito deste estudo é desvelar esta dimensão sertaneja. É vislumbrá-la no bojo de nossa modernidade que não se completa e que, no entender de Martins (2000) para situar-se, compreender-se recorre ao mundo rústico, ao sertão. Por que o sertão? Segundo aquele autor, porque ali é onde estaria nossa autenticidade, aquilo que ficou residualmente à margem da racionalidade limitada do lucro, exterior à nova ordem. O Baixo Vale do São Francisco é o nosso sertão.

O enfoque será dado às sertanejas, mulheres rurais, que somam à sua condição de excluídas e marginalizadas, uma forte discriminação. Mulheres que se sabem sobras (CARNEIRO, 1997) de uma dinâmica econômica, social e cultural. Nas lides, o seu papel é subestimado e entendido como ajuda. Na família, elas são subjugadas pelo companheiro. São elas, todavia, que, em busca de uma sobrevivência, juntam ideias e práticas diferentes, negam e resistem a destruição de suas crenças, festas, estrutura relacional e social e, demandam as benesses da modernização e sua inserção nela ou na segurança por ela proporcionada. Dar visibilidade na imagem de mulher trabalhadora rural, na identidade construída na relação, cultura-natureza é a possibilidade de pensar redimensionamentos entre espaço concebido e espaço vivido, desenvolvimento e cultura.

Três itens auxiliam na estruturação das ideias e na compreensão do sujeito: o primeiro concerne à apresentação do espaço no qual as sertanejas hoje têm os seus fazeres e vivências, procurando brevemente retratar a formação socioeconômica e os aspectos da natureza. O segundo item contempla suas ocupações dando destaque para aquelas da casa e o trabalho com produtos da natureza, formais, tradicionais e residuais, oriundos das matrizes portuguesa, indígena e africana. O terceiro enfoque destina-se a apresentar a inserção da mulher no mercado, pelo viés do artesanato, garantindo a persistência de uma expressão cultural marcante no universo das mulheres sertanejas.

2 A NATUREZA DOS LUGARES

O Baixo Vale do rio São Francisco sergipano corresponde ao conjunto de 13 municípios que margeiam o rio, e outros 15 que compõem o restante da área das 11 sub-bacias que se estende da barragem de Xingó, no município de Canindé do São Francisco ao mar, no município de Brejo Grande. A área de 7.171 km² contempla domínios morfoclimáticos do litorâneo úmido ao pediplano sertanejo pendente a árido pela irregularidade das chuvas. Essa decalagem pode ser observada acompanhando o traçado perpendicular do rio São Francisco com relação ao mar.

No extremo oeste a paisagem visível à primeira vista é composta por um relevo mais acidentado de 350 a 100 m com solos rasos e vegetação de caatinga hipoxerófila. É a paisagem



típica dos pediplanos moldados em rochas cristalinas. Na situação intermediária, o relevo permanece ondulado, de 100 a 20 m, porém os solos rasos ocorrem em área mais reduzida. Os solos são mais desenvolvidos e a vegetação arbórea mostra nitidamente a transição da caatinga com os cerrados e capoeiras. No extremo leste, próximo à foz, o relevo é plano, de 60 a 10 m, respondendo a paisagem de cordões litorâneos ocupados por cerrados nos topos tabulares e por restingas e manguezais nos baixios e vales (ALMEIDA; VARGAS, 1997; 1999).

A umidade, variável de 400 a 1400 mm, é o fator diferenciador da paisagem pois proporciona como resposta um mosaico de solos que resultam igualmente, num mosaico florístico de significativa diversidade com caatingas, cerrados, capoeiras, restingas e manguezais. O sertanejo tem ali o seu espaço vivido distinguindo facilmente suas espécies.

Contudo, essa diversidade da paisagem primitiva modifica-se rapidamente. A paisagem construída denota hoje o domínio dos pastos na porção ocidental da área e de coqueirais na porção oriental. Os pastos de capim buffel dominam a paisagem, restando da primeira natureza vestígios da vegetação primitiva nos vales e encostas. As áreas de exceção correspondem aos três projetos de irrigação das várzeas dos rios Jacaré, Pilões e Betume, implantados pela CODEVASF (Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco), e aos dois situados nos platôs das sub-bacias dos rios Onça e Pilões, implantados pelo Governo do Estado, porém todos, funcionando com captação das águas do rio São Francisco.

Portugueses, franceses e holandeses disputaram de tal forma a posse desta região que este vale se tornou um local estratégico para o povoamento dos sertões. A ocupação dessa porção da bacia do São Francisco iniciou-se no século XVI, pelos portugueses, com a intenção de assegurar o território recém descoberto que vinha sendo explorado por franceses na sua desembocadura e, posteriormente, por holandeses. A pecuária foi a atividade inicialmente dominante, até mesmo na missão de religiosos instalada no território do atual município de Pacatuba, próximo à foz.

Grosso modo, pode-se caracterizar a ocupação inicial pelo necessário domínio do território. Assim, surgiram primeiramente Neópolis e Pacatuba, em decorrência da expansão da cultura da cana-de-açúcar, em seguida, Gararu, Porto da Folha, Propriá, Brejo Grande, Japoatã, Aquidabã e tantos outros, sobretudo no século XIX, em consequência da expansão da cultura do algodão e da pecuária.

Os povoados/localidades pertencentes ao Baixo do São Francisco resultam dessa dinâmica. São geralmente mais recentes que as sedes, mas traduzem os traços econômicos e culturais decorrentes das práticas desenvolvidas, bem como da miscigenação dos povos indígenas, portugueses, africanos e, em menor escala, dos holandeses.

Porém, foi visando a exploração dos recursos (potencial energético, solos férteis e água para fins agrícolas) que o vale foi objeto de intervenção governamental a partir dos anos quarenta do



século XX. Aos planos de aproveitamento agregou-se com o tempo projetos de desenvolvimento ou da modernização. A expansão capitalista encaminhada sobretudo pelas políticas de incentivos, subsídios e investimentos, acelerou a chamada modernização do vale do São Francisco (VARGAS, 1999). Com ela, o esgarçamento da organização tradicional e apopulação camponesa tornaram-se a face da pobreza e da exclusão social, isto é, o reverso dos empreendimentos de grandes investimentos ricos de promessas técnicas e de resultados financeiros positivos.

Atualmente, esta população encontra-se concentrada nas sedes municipais ou dispersa em povoados rurais e alguns poucos assentamentos. Excluída, ela apropria-se de sobras da natureza como nesgas de terras agrícolas para o plantio, várzeas nas esporádicas vazantes do rio, manchas de matas das quais ainda pode obter-se algum produto, procurando experimentar e continuar num processo de preservar e de modificar o jeito de se estar no mundo. O jeito de produzir a vida.

Morando nos aglomerados urbanos ela desloca-se sazonalmente ou cotidianamente, para as áreas de cultivo, para as roças como meeiro ou alugado ou para o trabalho temporário nas fazendas de gado. Outros permanecem nos núcleos urbanos tendo como atividade principal o comércio. Os comerciantes são, na verdade, donos de pequenos pontos de venda, as bodegas, ou ambulantes. A localização dos povoados é preferencialmente às margens das estradas principais ou, distantes destas, nos vales e nas margens do rio São Francisco.

A grande maioria dos povoados apresenta sítio predominantemente linear, poucas ruas paralelas e transversais, com casas de fachada frontal e estreitas, porém geralmente, com quintais arborizados, compensando a quase total ausência de arborização, praças e áreas verdes nas áreas de circulação. As vias de acesso aos povoados são razoáveis, embora quase sempre em piçarra, mas os povoados não têm transporte coletivo servindo os mesmos (ALMEIDA; VARGAS, 1997; 1998). Partícipe deste modelo de produção e consumo do espaço é a mulher que apresentaremos a seguir.

3 AS OCUPAÇÕES DAS MULHERES SERTANEJAS

Primeiro há que se considerar o papel do trabalho da mulher no universo rural, secundarizado, em detrimento do comando masculino da produção. Assim, muitas mulheres omitem suas tarefas, as inúmeras ocupações que fazem parte de sua jornada, dando destaque apenas para aquelas do companheiro, principalmente no roçado. Neste, o homem conta ocasionalmente com o trabalho da mulher no momento do plantio, da limpeza das ervas daninhas e da colheita, porém é visto mais como uma “ajuda”, de pouca importância.

Analisando as condições de trabalho camponês, Woortmann e Woortmann (1997) comentam que isto ocorre por ser o homem socialmente concebido como possuidor do conhecimento para a realização da produção, é o dono do saber e da terra e considerado como a força “plena” da família, isto é, aquele que “reúne” o necessário para integrar-se ao processo de trabalho em sua totalidade. À



mulher, cabe uma função secundária pois as atividades domésticas são desvalorizadas.

No entanto, atualmente, apesar da persistência do universo masculino como de maior produção, o artesanato feminino já é posto como atividade produtiva devido a sua expressividade como fonte de renda da família. São notórios o espraiamento do artesanato e o crescimento do percentual de vendedores de artesanato, mas ainda mais, o número significativo de vendedoras e intermediários de vários níveis se movimentando nas feiras de Aquidabã e Propriá e no município de Cedro de São João.

Dentre as ocupações atuais, observou-se também o relato de mais de uma atividade, indicando a sazonalidade da ocupação. Muitas declararam-se artesãs e trabalhadoras de roças, ou então professora e artesã. É também o caso dos pescadores que trabalham com biscates como servente ou comércio. Conforme já mencionamos, homens e mulheres procurando se instalar no mundo...

3.1 O ESPAÇO DA MULHER: “O CUIDAR DA CASA”

O trabalho feminino ganha importância na família no que diz respeito ao cuidar da casa, núcleo simbólico da família, aí incluído a educação e saúde dos filhos considerados como “trabalho de mulher”. Limpeza, filhos elogiados na escola ou pela boa saúde, o diferencial na criação, nas plantações e na mesa, espelha o que se considera uma boa esposa ou boa mãe. Não é por acaso o emprego, na região, da palavra “cuidar” no sentido de controlar e zelar (WOORTMANN; WOORTMANN, 1997). Vejamos algumas exemplificações do que está sob o cuidado da mulher.

Enquanto a roça é, por excelência, o espaço de produção e realização do homem, para a mulher é a casa e o seu entorno. Os quintais geralmente têm cultivos de milho ou mandioca dependendo da época, para atender as necessidades da família. Raramente alguma árvore frutífera. A criação de pequenos animais (galináceos e suínos), feita solta, enriquece o cardápio alimentar e constitui uma fonte de renda nos momentos de penúria. Algumas plantas para o tempero ou condimento encontram-se em caixas de madeira, latas, estrategicamente colocadas em estacas fora do alcance dos animais. Entretanto, pouquíssimas são as mulheres que cultivam nos seus quintais ou nos jardins defronte das casas. O consumo é muito restrito e a falta do plantio tem como alegação, entre outras razões, a destruição pelos animais, a escassez de água, e, para elas que as consomem, a facilidade para aquisição na feira da trivial cebolinha, coentro... De fato, a ida à feira aos sábados inclui sua aquisição, sobretudo devido ao seu baixo custo.

Entretanto, a existência destas no quintal, bem como de plantas medicinais, conferem importância e prestígio às mulheres, a quem as demais recorrem frequentemente, e denota que estas são prendadas no cuidado do lar e da família.

O preparo dos alimentos é responsabilidade da mulher e das meninas que desde cedo ajudam



as mãos na cozinha. A preocupação do sertanejo é com comidas fortes, que deem sustento. “No café da manhã e da noite eu como cuscuz, ovo, piaba com feijão. Eu só como comida brava: feijão, cuscuz e ribação². Galinha é comida de gente fraca” (Moradora do povoado Niterói, município de Porto da Folha). A mulher não tem necessariamente de conhecer uma variação de pratos, mas sim ter um bom tempero. As técnicas de preparo alimentar são, assim, limitadíssimas, com poucas variedades e variações e, nenhuma criatividade.

A farinha é largamente empregada na cozinha sertaneja. Ela é ingerida seca acompanhando frituras e assados ou umedecida, como farofa, com gordura, água e até mesmo com raspas de queijo. Ela é usada como engrossante de sopas, sucos e mamadeiras de crianças.

O prato típico é, sem dúvida, como sinalizado pela moradora de Niterói, o arroz com feijão cozidos juntos, denominado de “rição”, uma corruptela de “arriba cão”. Tal nome é uma alusão à substância da mistura destes dois alimentos que de tão forte levanta até o cão! À mistura de arroz com feijão algumas mulheres acrescentam o cheiro verde, o queijo ou a carne.

O peixe é consumido apenas nos povoados ribeirinhos. O mais consumido é o curimatá³, pescado “de covo”⁴, assim como o pitú. O surubim ou pintado, apreciado por todos, é pescado “de espingarda”⁵, mas está cada vez mais difícil de encontrar.

As verduras e os legumes são muito pouco consumidos. Destacam-se os tubérculos, o inhame e a macaxeira que, facilmente produzidos no semiárido, estão entre os preferidos. Raramente recorrem à incorporação de uma verdura, um legume ou especiarias à alimentação diária. Não “vendo” a substância nestes alimentos e o gosto não habitual, negligenciam seu consumo o que não é difícil de fazer, devido a quase inexistência no sertão. As verduras assim são consumidas quase sempre no almoço e, preferencialmente, o tomate e a cebola.

A generalização do hábito alimentar é uma realidade. As exceções que declaram consumir frutas tais como banana e maçã, foram logo explicando que “têm estômago fraco, que sofrem do estômago”. O umbu é fruta típica da caatinga mais apreciada pelo sertanejo. Quando madura, assemelha-se a uma ameixa e seu gosto acidulado é saboroso e refrescante. A umbuzada que resulta num creme é o prato mais comum. “Prepara-se com a polpa do umbu aferventada e peneirada, adicionando-lhe leite fervido, rapadura ou açúcar” (TRIGUEIROS, 1997, p. 179).

² Prato comum na mesa do sertanejo sergipano cujo processo se assemelha ao baião de dois constituído por arroz, carne e feijão como única iguaria. Na Paraíba, acrescenta-se leite e o prato é denominado rubação.

³ Curimatá, também chamado curumatá ou crumatá, é peixe do São Francisco e de seus afluentes. Sua carne, embora muito apreciada, é de difícil deglutição por causa da infinidade de pequenas espinhas. Há grande comércio desse peixe seco. O surubim, surubi ou pintado também é muito apreciado. Objeto de grande comércio tem para o São Francisco a mesma importância que o pirarucu para o Amazonas (TRIGUEIROS, 1977).

⁴ O covo é um petrecho de pesca que consiste em uma armadilha para capturar espécies de pouco movimento que vivem nas porções mais profundas. Tem uma ou mais abertura em forma de funil por onde as espécies entram atraídas por uma isca colocada na parte central. Uma vez adentrados não conseguem sair. Tradicionalmente feitos com taquara há atualmente muitos modelos feitos em alumínio e telas de nylon.

⁵ A pesca de espingarda de pressão vem substituindo o uso de arpão caseiro de madeira.



Poucos são os tabus e proibições alimentares. Os mais comuns nos depoimentos das mulheres é a mescla de manga com leite “que pode matar” e, nos povoados ribeirinhos, se a mulher menstruada ou pós-parto comer o peixe surubim “que é remoso”⁶. Ou então, o leite tomado com a “mistura errada, faz mal”. Não se deve misturar leite com abacaxi, melancia, batata, manga e ovos. Leguem-lhe o abacaxi que não combina com laranja, qualquer outra fruta e com cachaça: “dá ânsia de vômito” (moradora do povoado Nascimento, município de São Francisco).

A pecuária e a escassez da natureza sertaneja evidenciam-se, portanto, na dieta alimentar. Tem-se que considerar a convivência e o temor de seca e da fome, não favorecendo, entre os sertanejos, preocupações desta natureza. A quantidade a ser ingerida prevalece em detrimento da qualidade. Cabe à mulher saber dosar, administrar a quantidade de alimentos para assegurar que estes não faltem em casa.

No que diz respeito ao cuidar da saúde da família, as mulheres sertanejas contam normalmente com os próprios recursos que a natureza pode oferecer. Apesar da intensificação do sistema agropastoril, transformando a paisagem sertaneja em um grande pasto, o sertanejo, sobretudo as mulheres, é detentor de grande conhecimento sobre os usos, atualmente não convencionais da vegetação: “o mato serve prá tudo!”.

Várias são aquelas espécies que têm a propriedade de curar ou amenizar enfermidades do corpo, no tratamento de enfermidades facilmente identificáveis, principalmente sob a forma de chá e lambedores, sendo estes últimos, principalmente, uma mistura de várias ervas, com açúcar ou mel. As mulheres têm grande habilidade no preparo de chás, banhos e lambedores.

Para as “doenças das mulheres” o conhecimento abarca um número razoável de espécies da flora. As abortivas são o **fedegoso**, de preferência aquele que nasce na beira do rio. As folhas maceradas são deixadas de molho e bebe-se lentamente esta água; também o chá da **cabacinha**, do **sambacaitá** e do **quinaquina**. Para controle de menstruação usa-se a **emburama-de-cheiro** e para “dor de mulher” faz-se banho do **tipi**. Para engravidar dizem que o chá do **sambacaitá** ajuda. O corrimento é tratado com **malva branca**. Uma mistura de **sambacaitá**, do **barbatimão**, do **cajueiro** e do **bom nome** é usada para inflamação no ovário. Já para a limpeza do útero a casca do **pau-piranha** deixada de molho cuja água se bebe, é a mais recomendável. Os chás são apenas alguns exemplos⁷.

⁶ O peixe remoso (reimoso) ou “peixe de couro” não possui escama e, por possuir alta concentração de proteína e gordura, insere-se na cultura popular com várias acepções, dentre elas que faz mal às mulheres é considerado faz mal à saúde.

⁷ Fedegoso (*Cassia occidentales*), cabacinha (*Spondias sp.*), sambacaita, quina-quina (*Coutarea Hexandra Seham*), emburana de cheiro (*Amburana cearenses*), barbatimão (*Stryphonodendron*), cajueiro (*Anacardium occidentale L.*), bom nome (*Maytenus rígida*), pau—piranha (*Pisonia tomentosa Casar*).



4 O ARTESANATO E AS NOVAS RELAÇÕES COM AS ATIVIDADES DE CASA

Em todos os povoados e sedes percorridos no Baixo Vale do São Francisco foi registrada a produção de algum tipo de artesanato. Essa é uma realidade notadamente entre as mulheres, e constitui-se numa das formas mais simples de produção considerando a contemporaneidade da terceira revolução tecnológica e os avanços nas telecomunicações. A mesma, conforme já foi mencionado, tem se consolidado como uma atividade produtiva, às vezes como complementar, de forte aceitação entre as mulheres. De um trabalho até então feito como uma “forma de se ocupar” atualmente torna-se um trabalho, uma fonte de uma renda qualquer para a família.

O trabalho artesanal é imune às intempéris, à sazonalidade e, tem também a vantagem de ser feito pela mulher e filhos, em casa, nos intervalos das lides diárias. É essa forma de produzir “antiga”, geralmente enraizada na cultura das comunidades e ensinada no seio da família, de pai para filho que será tratada a seguir.

Três influências são constitutivas da cultura sertaneja e se revelam, entre outras, no artesanato: portuguesa, indígena e africana.

4.1 COMIDAS, BEBIDAS E CABACINHAS – VISIBILIDADES DAS PRENDADAS

Os queijos são produtos típicos do sertão, produzidos cotidianamente nas fazendas de gado. Contudo, a produção no município de Itabi, através de inúmeras “fabriquetas” de queijo garantem renda complementar para um número considerável de famílias cuja produção é destinada para comercialização nas feiras de alcance regional de Aquidabã e Propriá e, até mesmo, para o mercado de Aracaju, capital do Estado. A produção do queijo exige paciência e habilidade para “coalhar” o leite, prensar as formas e virar as mesmas. As mulheres normalmente o fazem sozinhas ou com a ajuda de filhas maiores.

Os doces, uma influência portuguesa, são produzidos em poucas localidades. Faz-se, principalmente compotas com as frutas abundantes no local, manga, jaboticaba e banana as mais comuns. As doceiras, em pequeno número, são citadas pelo nome, denotando um certo status no local.

Algumas doceiras comercializam o produto na própria casa ou revendem para as feiras. Associado às frutas, a produção de licores de jenipapo, jaboticaba, abacaxi, dentre outros, são apreciados em Gararu e Escurial, Poço Redondo e Sítios Novos.

A produção de bonecas de pano e de flores de papel, alimenta a demanda local, a exemplo dos povoados de Lagoa Redonda e Poxim. Trata-se de artesãs “prendadas” que se distinguem por confeccionar produtos diferenciados do comum, qual seja, o bordado de ponto de cruz.

Finalmente, a confecção de cabacinhas, embora restrita em uma só localidade, distingue-se por vários aspectos. A produção de cabaças de cera mantém o processo rudimentar, envolve famílias



inteiras no município de São Francisco e relaciona-se com a manutenção de uma festa do folclore regional de origem portuguesa que se realiza desde os tempos da Colônia. Por outro lado, foi registrada a presença de três famílias de São Francisco, acampadas na praça do povoado São Mateus (distante, no município de Gararu), confeccionando cabacinhas para a festa do lugar. Lá informaram que eles se deslocam “para onde querem fazer a brincadeira”: a festa das cabacinhas! As festas das Cabacinhas também acontecem em Cruz Grande, Visgueiro (município de Aquidabã), Itabi (sede), Ladeiras, Tatu, Poxim e Espinheiro (município de Japoatã). Sua distribuição geográfica generalizada, da região sertaneja à dos tabuleiros costeiros, a coloca como a segunda festa pagã de origem religiosa de todo o Baixo São Francisco, após as manifestações juninas. Daí, a importância que adquire a produção das cabacinhas para as famílias de São Francisco que se deslocam regionalmente garantindo a reprodução da festa.

4.2 ARTESÃS COM LAÇOS COM A NATUREZA

É a influência indígena e africana o determinante do artesanato que se produz com recursos retirados dos ecossistemas (principalmente da caatinga, ainda mais abundante), seja cipós, palhas, raízes ou barro. Para a realização deste tipo de artesanato geralmente a mulher e o homem se associam, cabendo a este a busca, o corte ou a cava da matéria-prima no meio da mata, às vezes com o auxílio da mulher e, a esta, o preparo do recurso para uma posterior confecção do objeto. Ou seja, as tarefas mais pesadas e perigosas ficam com o homem e, àquelas que exigem mais habilidades no labor, com a mulher.

Os cestos são produzidos utilizando-se cipó ou taquaras de bambu, estes denominados balaios utilizados em toda a área de estudo e, também, comercializados nas feiras locais e nas regionais de Aquidabã, Própria, Nossa Senhora da Glória.

Os cestos de cipó são largamente utilizados tanto na lida da roça quanto no transporte de peixe. Eles também servem para guardar utensílios, armazenar produção e para transporte no lombo de animais. Destaca-se a produção dos povoados de Ponto Chic, Saco das Varas, São Pedro, Saúde, Curralinho, Sítios Novos e Lagoa Redonda⁸.

Os balaios de taquara e bambu, mais frágeis para a lida rural, são produzidos, sobretudo nos povoados próximos a foz do São Francisco devido a presença da matéria prima nos ecossistemas costeiros úmidos. É uma tradição dos moradores, por exemplo, de Ladeiras, Poxim e Tatu.

As vassouras são produzidas por mulheres de diversas localidades em toda a área do Baixo São Francisco. Seguem-lhe as artesãs de chapéus, esteiras, balaios e bolsas feitos por um número bem mais reduzido de artesãs por isso em poucas localidades; e as fabricantes de peneiras e abanos,

⁸ Respectivamente, povoados dos municípios de Aquidabã, Muribeca, Propriá, Santana do São Francisco, Poço Redondo e Porto da Folha.



uma expressão cultural quase em desuso, tendo sido registrado apenas nos povoados de Umbuzeiro do Matuto (Porto da Folha, no sertão) e, no de Estiva da Raposa (Pacatuba, próximo a foz). No entanto, várias artesãs entrevistadas disseram que sabem fazer abanos, “mas a saída é muito pouca!”.

Estes municípios que se destacam no artesanato de palha localizam-se na área oriental mais úmida, pela forte presença da herança indígena. Todavia, na porção ocidental mais árida, a confecção de vassouras é feita utilizando-se principalmente da palha do oiricuizeiro⁹. A diversidade de recursos apropriados para a confecção de vassouras e, evidentemente, a disponibilidade do recurso natural explica essa vasta distribuição de artesãos e artesãs no Baixo São Francisco.

Os chapéus também são produzidos na maioria dos povoados da porção oriental, mais úmida. Somente Oiteiro, povoado situado no ecossistema da caatinga, produz chapéus.

A produção de esteira é relevante no povoado Brejão (município de Brejo Grande), mas atualmente se dá de forma mais complexa. A matéria prima é retirada dos brejos próximos, mas a corda de croá¹⁰ para acabamento é “importada” de Juazeiro, no Ceará. Segundo uma entrevistada, o tear rústico é também chamado de “putear”. Entretanto, os dicionários descrevem “putauá”, variação de “patauá”, palmeira peculiar de mata pluvial que dá uma espécie de piaçava¹¹. Em Brejo Grande, as esteiras são feitas do junco encontrado próximo.

Em Santa Rosa do Ermínio, no sertão semiárido (Poço Redondo), foi localizada uma única artesã sexagenária, especializada na confecção de ‘aió’ a partir da fibra do croá. Trata-se de uma espécie de bolsa que é presa à boca do animal para que não lhe falte alimento.

No povoado Mocambo - comunidade quilombola às margens do rio São Francisco, a estória recente do lugar está diretamente ligada ao artesanato de cordas, mas que atualmente desapareceu.

O croá vinha de burro das bandas da Serra Negra e o sisal, no começo, era da Bahia, já no finalzinho da nossa produção chegava do Ceará. “Olha, até 1958 a gente só trabalhava com croá. Em 1960 eu me lembro bem, já era no sisal e produzimos corda com ele até 1992. Acabou de vez. Ninguém mais quer corda” (Moradora do povoado Mocambo, Porto da Folha).

No que tange ao artesanato de barro cabe ressaltar que este é feito principalmente pelos homens. Apanhar o barro, transportar, amassar, torneiar e colocar para queima são tarefas assumidas como sendo coisas de força, ou seja, do homem. Às mulheres tocam, principalmente a decoração e pintura.

A grande maioria dos artesãos de Santana do São Francisco sobrevive com renda inferior a um salário-mínimo, mora em péssimas condições de salubridade e higiene e tem baixa escolaridade.

⁹ *Syagnus coronata*.

¹⁰ Ou caroá – *Sicana odorífera*, cujas fibras são usadas para artesanato de cordas.

¹¹ Foram consultados: LELLO; LELLO. **Novo dicionário enciclopédico luso-brasileiro**. Porto: Lello & Irmãos, 1961 e FERREIRA, A. B. de H. **Novo dicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Ed. Fronteira, 1978.



Todos esses fatores explicam a baixa qualidade e a vulgarização do artesanato local que em tempos não tão remotos, lançou o nome de Sergipe como produtor de um artesanato de barro de qualidade, próprio e com a pureza na preservação da miscigenação das raízes indígena e africana.

4.3 OS BORDADOS E A INSERÇÃO DA MULHER NO MERCADO

É nesta atividade que se destaca, por excelência, o trabalho da mulher. Mulheres e crianças, de diversas idades e categoria social, o que justifica um elevado e representativo número de artesãs e, conseqüentemente, sua vasta distribuição espacial. Sem dúvida é o artesanato de maior importância econômica e social em todo Baixo São Francisco.

Convém salientar o depoimento de algumas bordadeiras no seu processo de inserção na atividade. “Eu aprendi a bordar muito cedo e continuo fazendo. Para mim não é uma fonte de renda, eu bordo os enxovais de minhas filhas, noras e netos que já me ocupam direto” (Moradora de Jibóia. E esta outra de São Mateus: “Depois que saí da roça e me casei, vivo bordando” (ambos povoados do município de Gararu).

Dentre as técnicas de bordados trazidas pelos colonizadores portugueses, a de maior difusão em todo o sertão nordestino, assim como na área de estudo, é o ponto de cruz ou ponto de marca. Em ponto de cruz ou ponto de marca, faz-se toalhas de chá, de banquete, toalhas de mão para banheiro e de bandeja, kit para cozinha, almofadas, porta-meias, porta papel higiênico, entre outros, realizado, sobretudo no tecido de etamine ou cânhamo, mas também em linho misto, talagarço fino e grosso, londrina e felpo.

De fácil aprendizado e execução, as artesãs têm a possibilidade de criar motivos em função das peças executadas. A criatividade no jogo de cores vivas é mais comum nos panos de bandeja e nas toalhas de mão, ou seja, nas peças de menor tamanho, com a predominância de pequenos motivos florais sequenciados que formam as barras das peças. A criatividade de motivos é mais perceptível nas peças maiores, tais como toalhas e caminhos de mesa, colchas de cama, bordadas, sobretudo com variações de cenas bucólicas compostas de animais entre flores.

O acabamento das peças determina seu maior ou menor valor. O bico de crochê enriquece as toalhinhas, as toalhas e os panos de toda sorte produzidos. Atualmente, as peças mais produzidas são toalhas de mão com acabamento feito em máquina. São as peças mais baratas para o consumidor, entre R\$ 2,00 a R\$ 5,00, mas também aquelas em que as artesãs têm de manter a produção de duas peças por dia para render-lhes pelo menos R\$ 1,00. Elas geralmente recebem tecido e linha de fornecedores num esquema próximo do abaixo descrito: “Todas as mulheres daqui bordam. As mulheres de Propriá e de Cedro de São João trazem o pano. Um paninho que tem guarnição e letra a gente ganha R\$ 0,50. Eu faço 2 paninhos por dia” (Moradora de Cruz Grande, Aquidabã). Por guarnição entende-se um motivo, predominantemente floral, e por letra entende-se a



mensagem solicitada pela fornecedora de tecido e linha. As mensagens mais bordadas são: “Lembrança de Aracaju, Sergipe, Maceió, Caruaru, Salvador e Bahia”, todas, cidades do Nordeste. Surpreendente foi, no povoado São Pedro, encontrar uma artesã com encomenda de 100 “panos” de um fornecedor de Cedro de São João, com o seguinte dizer: “Lembrança de Guarapari”, praia do Sudeste do país, atestando a abrangência do artesanato sergipano.

Os fornecedores/compradores de mercadoria são encarregados do acabamento, ou seja, contratam ou executam o trabalho de máquina ou crochê, assim como a lavagem. Também, são contratados os homens para o banho de goma e a passada de ferro, uma vez que demanda força física. Todo esse trabalho é pago, justificando dessa forma a diferença de preço entre a mercadoria produzida pela bordadeira e a vendida nas feiras e nas lojas.

Todas essas tarefas de acabamento são feitas preferencialmente por mulheres da sede de Cedro de São João, distinguindo-o não apenas pela concentração de intermediários, mas também pela “animação” que essas tarefas produzem. Elas refazem o lugar cotidianamente e geram renda. O som das máquinas das costureiras se mistura com o cântico das lavadeiras que nos fundos das casas colorem os quintais com as fileiras de panos. Nas calçadas muitas arrematam no crochê e, em cômodos próprios, outras, e preferencialmente os homens engomam as peças para serem vendidas.

As mulheres dão conta da produção dos bordados nos “interiores” e do acabamento das peças em Cedro de São João. Contudo, os fornecedores de tecido e linha ou simplesmente intermediários são, na sua grande maioria, homens. Alguns destes fornecedores revendem os produtos nas feiras de artesanato que ocorrem em todo o país ou para compradores fixos. São eles os principais exportadores dos bordados. Afora esse esquema, a ocorrência de parentes ou conhecidos que residem nos Estados do Sul, principalmente Rio de Janeiro e São Paulo, são os responsáveis pela manutenção da exportação direta do produto, por algumas artesãs que fazem questão de frisar que “não dependo de ninguém, produzo por conta própria”. Afora Cedro de São João, 17 outras localidades, desta região, exportam diretamente o produto, através do esquema de conhecidos e parentes acima referenciado.

Com efeito, a produção atende uma demanda nacional e até mesmo internacional, exportando regularmente para a Itália e, mais esporadicamente para a Alemanha. Observa-se, ainda, que Cedro de São João comanda a exportação do produto. No entanto, foram identificados dois outros esquemas de exportação. Em Malhada dos Bois, a Associação “Mãos Abertas”, iniciada em 1995 com recursos do Projeto Nordeste e dirigida por freiras, é responsável pela produção de bordados em ponto de cruz, em linho e cânhamo, vendidos para São Paulo e Itália através da congregação.

A outra forma de produção desvinculada dos fornecedores regionais é feita através do NUTRAC (Núcleo de Trabalho Comunitário de Sergipe), que iniciou sua atuação em alguns



municípios em 1997/98, mas atualmente tem alguns problemas de manutenção. Na área de estudo, o NUTRAC atua em parceria com um programa do governo federal voltado para o pequeno agricultor denominado Projeto Pró-Sertão e, portanto, apenas nos municípios pertencentes à sua área de atuação, quais sejam: Nossa Senhora de Lourdes, Canhoba, Itabi, Aquidabã e Graccho Cardoso.

A proposta do NUTRAC constitui na eleição de uma representante no município ou comunidade selecionada, encarregada de gerenciar a produção das bordadeiras credenciadas por um processo de inscrição das interessadas. Ele forneceu cursos de aperfeiçoamento, assim como matéria-prima para iniciar a produção que seria regularmente recolhida por um agente credenciado. Nesse momento ocorreria o pagamento das peças produzidas e a reposição do estoque de matéria-prima.

É justamente a falta de regularidade dos agentes que vem causando cobranças e queixas por parte das bordadeiras e das responsáveis entrevistadas, respectivamente. Grande parte da pesquisa de campo deu-se nos meses de dezembro de 1998 e janeiro de 1999, e “O NUTRAC combinou de vir pegar o estoque em 30 de outubro. Temos 24 passadeiras, 8 colchas, 24 toalhas de lavabo, 104 guardanapos e 20 panos de bandeja, mas não veio até hoje.” (Coordenadora do Grupo de Bordadeiras, Graccho Cardoso).

Embora a proposta do NUTRAC seja reconhecidamente a valorização do artesanato regional, o não cumprimento do calendário de recebimento/pagamento da mercadoria pode pôr em risco a continuidade de um esquema favorável em termos de renda e melhores condições de vida da população genericamente carente. Tal fato ocorreu com a Associação das Costureiras de Propriá que chegou a congregar próximo de 100 bordadeiras até falir, endividando todas as associadas.

Finalmente, cabe bem frisar que os fornecedores de tecidos e linha que são também os intermediários ou atravessadores e, extraído o fluxo de exportação para fora de Sergipe, os núcleos de Aquidabã, Cedro de São João e Propriá, conformam-se como os maiores receptores dos bordados produzidos na região. Há ainda, intermediárias de Cedro de São João que compram diretamente nas casas das bordadeiras, donas de lojas e intermediárias de Aracaju compram em Santa Rosa do Ermírio e associações diversas – religiosas ou produtoras – que decidem o destino da produção, como nos povoados São Clemente e Santa Rosa do Ermírio. Isto está evidenciado pela forte presença de fornecedores/compradores de bordado, principalmente em suas feiras.

Na feira de Aquidabã, por volta das 8:00 horas o “movimento” dos bordados já está acabado. Esse comércio realiza-se cedo, entre 5:00 e 7:00 horas no máximo, pois as bordadeiras ou intermediárias locais (aquelas que se posicionam entre o fornecedor de linha e as bordadeiras), apressam-se em receberem o dinheiro, mais tecido e linha dos fornecedores, para então fazer a feira antes de retornarem para as casas.



No entanto, a informação das bordadeiras dos povoados próximos a Aquidabã, bem como a ausência de informação sobre a exportação direta do produto, indica que a feira deste município funciona como “passagem” do produto para os fornecedores/compradores Cedro de São João. Assim, os municípios de Aquidabã e Própria constituem-se nos maiores balcões regionais de intermediação do bordado, pois não foi registrado nenhum comprador de Aquidabã.

Complementando o grupo do artesanato de linha, há que ressaltar a produção de crochê, rendendê, tricô e bilro, com produção de larga distribuição geográfica em toda a área.

A produção do crochê é, sobretudo, complementar, encerrando o acabamento das peças bordadas em ponto de cruz, embora tenha sido registrado a produção de peças somente com essa técnica. Os acabamentos são variados e, como já afirmado, o crochê embeleza e valoriza a peça pois permite uma grande diversificação de estilos e de composição com os diversos tecidos utilizados no bordado de ponto de cruz.

Foi registrada a produção de crochê em várias localidades com destaque para a sede e os povoados de Cedro de São João. Como maior centro receptor de bordado de ponto de cruz, o crochê é feito como acabamento das melhores peças, podendo-se afirmar que o município também se especializou nesta técnica.

O rendendê é definido pela técnica de desfiar o tecido em pontos específicos e geométricos, formando vazios e cheios rigorosamente distribuídos no tecido de etamine ou cânhamo. A sua produção é trabalhosa e suas peças são, geralmente mais caras e, embora seja uma técnica de domínio em todo o interior do Estado, o número de artesãs vem diminuindo em detrimento da maior procura para as peças mais baratas produzidas em ponto de cruz.

Foi registrada a produção em 58 povoados e sedes de todos os municípios da região. Contudo, o município de Graccho Cardoso destaca-se, pois é o único local onde se mantém a produção de peças grandes, embora produzam peças pequenas, tais como toalhinhas de lavabo, toalhas de chá, de bandeja e caminhos de mesa. São peças bastante trabalhosas como toalhas de banquete e colchas em “puro” rendendê, isto é, somente com pontos desta técnica sem composição com ponto cheio ou ponto de cruz. Apenas o crochê, entra no acabamento das peças.

O desenho do rendendê forma flores sequenciadas variando, sobretudo na intensidade do recorte do tecido que é na sua tonalidade branca. As peças comumente produzidas são caminhos de mesa, colchas, toalhas, jogos de pano de prato e bandeja.

As possibilidades de compra de matéria-prima (tecido e linha) e de venda sem intermediação para os centros consumidores determinam a renda das bordadeiras. O percurso dos bordados para os locais de venda final e os níveis de intermediação do produto carecem de um estudo mais aprofundado.

A renda de bilro encerra o grupo de bordados produzidos. Segundo Schwetter (1946),



originou-se na Alemanha, no século XVI, e possivelmente foi introduzida mais tarde no Brasil pelos colonizadores portugueses. Sua técnica é bastante distinta dos demais bordados, pois não borda um tecido ou não se constrói uma peça a partir de um fio como o tricô e o crochê, mas sim a partir do trançar de um maior número de fios.

É conhecida como renda de trançar, mais simples, executada em quatro trançados nos quais os fios correm ora direitos, ora enviesados e se cruzam com fios vindos ao seu encontro. As linhas são o argumento mais decisivo para o desenho, pois nas rendas trançadas não é possível se formarem partes planas. Nos modelos de renda em compasso de tela e de forma, mostra-se o empenho de se conseguir planuras mais largas. O trançar simples é empregado regularmente mais para a união de peças.

A prática dessa técnica foi levantada apenas nas sedes dos municípios de Gararu e Poço Redondo, realizada por poucas mulheres em idade avançada. Assim, parece tratar-se de uma prática em extinção, devido a exigência de habilidade adquirida ao longo do tempo de tecelagem, o que implica em baixa rentabilidade.

5 E, AINDA SEM CONCLUIR...

Parece que embora algumas práticas estejam se esgarçando pela exigência de habilidades, pelo desuso, pelo elevado custo de produção ou pela combinação desses e outros fatores, é visível a regionalização da produção, principalmente dos bordados. Essa visibilidade encerra os limites do que nos propomos alcançar.

O recorte etnográfico e o recorte histórico, em simbiose, apresentam-se entrelaçados nas relações de produção, dos fazeres de quem produz o lugar. O local, particularizado pelo cotidiano da mulher anunciou-nos como elementos de articulação com o complexo conjunto de relações socioeconômicas. E, nesse sentido, a generalização aqui exposta, não nega e tampouco generaliza a singularidade de cada fazer, de cada mulher. O que se afirma é a pluralidade desse fazer inserido no universo de um modo de vida particular.

O uso e a exploração das espécies estão estreitamente associados a um modo de vida baseado em uma representação do espaço, ao ritmo de vida, sistemas de valores e ao conjunto de conhecimento de cada indivíduo; tudo compartilhado com os demais moradores, relações de vizinhança adquiridas desde a infância (WALTER, 1996).

A integração permanente com a natureza e o estreitamento de laços identitários com o lugar apresentam-se fortemente na relação com a flora medicinal a ponto de fragmentar/destacar as detentoras de conteúdos mais elaborados de manipulação de ervas, folhas, entre cascos e raízes. É um conhecimento difuso, mas que particulariza a “raizeira” e se articula na dinâmica regional através das bancas de ervas das feiras (ALMEIDA, 1997).



Igualmente, a manutenção da produção de artefatos em desuso como os abanos, fragmenta e particulariza as detentoras desse saber fazer, mantendo os laços identitários, alimentando uma demanda também particular, do lugar.

A produção dos bordados, por seu turno, tem dinâmica em rede, conecta-se com o centro exportador, Cedro de São João, extrapola os limites do lugar, da região e assume, na atualidade, a posição denexo entre o local e o global, o conhecimento difuso e o circunscrito.

Sem negar as demais práticas, é a produção de bordados que dá maior visibilidade ao significado do lugar e à expressividade que adquire as relações de produção e nelas, o trabalho da mulher.

Observada sob o ponto de vista da pluralidade, a visibilidade denotaria mulheres, famílias, grupos informais e associações voluntárias articuladas num espaço de diferenciação: o Baixo São Francisco Sergipano. Observada sob as características relacionadas com a modernidade ocidental, a visibilidade se processaria na diferenciação entre mercado e Estado, numa associação entre as potencialidades do lugar e a compatibilidade com o sistema (institucional e legal) moderno.

Do nosso ponto de vista, essa visibilidade é fator determinante para a mudança do modelo de produção e de consumo do território cujas bases assentam-se na participação das mulheres, famílias, grupos informais e associações voluntárias do Baixo São Francisco Sergipano na formulação de suas estratégias de desenvolvimento.

Mas essa é uma outra história...

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. G. de; VARGAS, M. A. M. **O Baixo São Francisco Sergipano: expressões culturais e territorialidade – Etnogeografia do sertão sergipano**. Aracaju: UFS/CODEVASF, 1997.

_____. **Expressões culturais – Vale do São Francisco: região de tabuleiros costeiros e pediplanos sertanejos**. Aracaju: UFS/CODEVASF, 1999.

_____. A dimensão cultural do sertão sergipano. In: DINIZ, F. A. F; FRANÇA, V. L. A. (Orgs.). **Capítulos de Geografia Nordestina**. Aracaju: Editora NPGeo-UFS, 1988, p. 469-487.

ALMEIDA, S. de. **A história escrita no chão**. Maceió: EDUFAL, 199.

CANDEAS, A. W.. Cultura e desenvolvimento: em busca da humanização do crescimento econômico in FILHO, J. B. B. AMORIM, N. F. M, LAGES, V. N. **Cultura e desenvolvimento – a sustentabilidade cultural em questão**. Recife: Editora universitária – UFPE, 1999.

CARNEIRO, G. V. N. F. B. O lugar e a vida dos pequenos produtores in: SANTOS, G. R. (Org.). **Trabalho, cultura e sociedade no Norte/Nordeste de Minas**. Montes Claros: Editora Best, 1977.

COSTA, J. B. A.. Cultura sertaneja: a conjugação de lógicas diferenciadas in: SANTOS, G. R. (Org.). **Trabalho, cultura e sociedade no Norte/Nordeste de Minas**. Montes Claros: Editora Best,



1977.

FERREIRA, A. B. **Novo dicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

LELLO, J.; LELLO, E.. **Dicionário enciclopédico luso-brasileiro**. Porto, Portugal: Lello & Irmãos, 3 vol. 1961.

MARTINS, J. de S.. **A sociabilidade do homem simples – cotidiano e histórias na Modernidade anômala**. São Paulo: Editora Hucitec, 2000.

MONTEIRO, C. A. de F.. **Aspectos geográficos do Baixo São Francisco**. São Paulo: AGB, 1962, Publicação nº 5.

SCHWETTER, B.. **Enciclopédia de trabalhos manuais**. 2ª edição, Porto Alegre: Livraria do Globo, 1946.

TRIGUEIROS, E.. **A Língua e o folclore da bacia do São Francisco**. Rio de Janeiro, Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, 1977.

VARGAS, M. A. M.. **Desenvolvimento regional em questão: o Baixo São Francisco revisitado**. São Cristóvão: Editora UFS/NPGeo, 1999.

WALTER, A. Gestion des fruitiers au Vanuatu. **Cahiers des Sciences Humaines**. Paris, ORSTOM, vol. 32, nº 1, 1986, p. 85-104.

WOORTMANN, E.; F. WOORTMANN, K.. **O trabalho da terra – a lógica e a simbólica da lavoura camponesa**. Brasília: Editora da Unb, 1977.